

XAI-XAI

# Uma urbe com meio século... e alguns milénios



Xai-Xai é uma cidade em constantes metamorfoses

LUCAS MUAGA

**X**AI-XAI é uma cidade com quase todos os serviços essenciais “abraçados”. Uma urbe bela e encantada, cujos 75.709 quilómetros quadrados – e 1.446.654 habitantes, segundo o censo de 2017 do Instituto Nacional de Estatística (INE) – em quase nada se pode confundir com a sua verdadeira “idade”.

Capital da província de Gaza e localizado a mais de 200 quilómetros da cidade de Maputo, Xai-Xai é um território que, historicamente, merece todo o cuidado de pesquisa-

dores e artistas de múltiplas disciplinas. A sua beleza e cultura escondem “mistérios” que podem ajudar a compreender o passado e presente do país bem como a perspectivar o futuro desta região costeira.

Portanto, não é por acaso que o Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC) – Delegação de Gaza, tem coordenado uma série de pesquisas que visam dar a conhecer diversas narrativas ligadas à capital desta província e, fruto destas investigações, publicou recentemente o livro de ensaios “Cidade de Xai-Xai: 60 Anos de Uma Comunidade em Metamorfose”, coordenado pelos

pesquisadores Abel Mazuze (delegado), Arsénia Matsinhe e Xadreck Mate.

A obra apresenta-se uma espécie de “enciclopédia” e abre um grande espaço para melhor compreender as dinâmicas históricas e socioculturais desta capital provincial, até porque, diferente do que se sugere no título, a obra, de 287 páginas, quase faz uma radiografia geral de Xai-Xai.

Parte, historicamente, do primeiro milénio da era cristã, concretamente dos anos quinhentos, numa árdua missão de periodização que foi necessário envolver investigadores de mais três instituições

nacionais e uma estrangeira, nomeadamente Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade do Save (Unisa), Universidade Católica (UDM) e a Universidade de Lisboa.

Foi produzido por meio de um convite elaborado pelo presidente do Conselho Municipal de Xai-Xai, Emídio Xavier, embora o delegado do ARPAC em Gaza, Abel Mazuze, explique que a sua elaboração já fazia parte dos planos da instituição por si dirigida. O desafio, referiu, apareceu numa altura em que a instituição tinha a intenção de produzir um livro de ensaios sobre toda a provín-

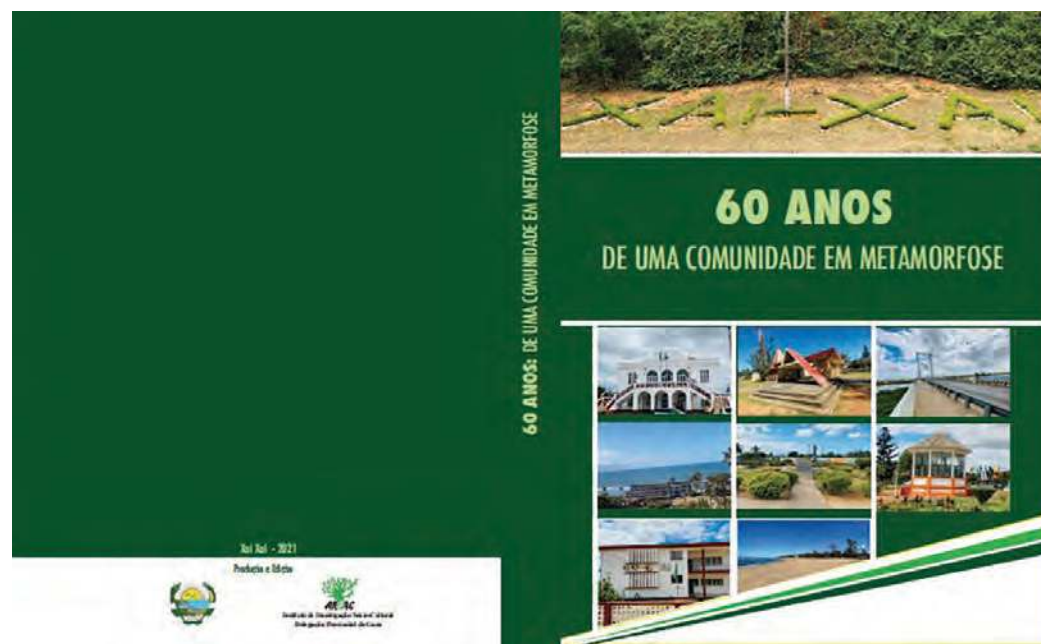
cia.

“Nos direccionámos à Xai-Xai porque, em termos estratégicos, o Município local seria o financiador da impressão. Então, definimos as áreas temáticas e convidámos algumas pessoas que podiam contribuir”, justificou.

O delegado avançou que a compilação dos conteúdos durou quase um ano, embora alguns artigos tenham sido escritos há quase uma década, até porque o mais antigo dos textos remonta ao ano 2009. “Demos um período de produção dos artigos e fomos monitorando o processo, depois fomos para uma fase de correcção linguística e outros aspectos e só depois disso tivemos o resultado aqui apresentado”, continuou.

Os doze artigos de reflexão estão divididos em seis áreas temáticas: história, economia, educação, urbanização, política e sociedade. Vão de encontro às narrativas por detrás das estações arqueológicas e da orla marítima, por exemplo, constituídas por material diverso. Nas zonas costeiras, disse Mazuze, apontando para o livro, é “mais frequente encontrar conchas resultantes de um processo de recolha do mexilhão no período da expansão bantu”.

Na mesma região é igualmente possível identificar restos de cerâmica, como painéis de barro para o processamento primário, fazendo referência a uma cultura que terá começado entre os anos 300 e 500 da nossa era, se estendendo, nos mesmos moldes, até os dias que correm.



Livro faz uma radiografia geral da capital de Gaza

## Fruto do Império de Gaza!

NÃO há como falar deste território sem mencionar o memorável Império de Gaza (1821-1858), fundado por Soshangane (1821-1858), como fruto do M’fecane, um conflito despoletado entre a etnia zulu, em 1828, devido ao assassinato do rei Shaka (1773-1828), culminando com a invasão de grandes áreas da África Austral por exércitos nguni.

Enquanto vigorava o Império de Gaza, nasceu o nome Xai-Xai e ainda nesta altura, concretamente em 1961, através da Portaria nº 15.349, de 7 de Outubro, a capital de Gaza, que se designava João Belo. Este nome (João Belo) foi dado em homenagem a um antigo administrador colonial. No entanto, a denominação foi alterada após a proclamação da independência nacional, e depois foi elevada à categoria de cidade. Também já foi conhecida como Vila Nova de Gaza e

Chai-Chai.

Foi baptizada como Xai-Xai, explicou Abel Mazuze, para prestar um tributo à Ntxuwayivi Ndlamini (Ntxayi Ntxayi), que no Baixo Limpopo representava o Estado de Gaza, governado pelo tio e último rei do império, Ngungunhane (1650-1906).

O pesquisador referiu que ir a este território era como explorar as terras de Ntxuwayivi, sendo Xai-Xai resultado de uma grafia portuguesa devido à dificuldade dos colonos portugueses de pronunciar e escrever o nome.

Estes factos remontam dentre os anos 1900 e 1905, quando Ntxuwayivi negou-se a assumir o papel de régulo português e exilou-se no distrito de Chongone, razão pela qual tornou-se num dos maiores símbolos de resistência contra a dominação portuguesa.

Desde aquela altura Xai-Xai rende-se à necessária metamorfose trazida pelas dinâmicas sociais e nalgum momento o próprio ARPAC se vê desafiado, como consta em “Cidade de Xai-Xai”, a pensar em estudos mais virados para o futuro.

“Mais recentemente fizemos estudos para perspectivar a urbe dos próximos dias, olhando para a realidade concreta do que a cidade hoje representa”, comentou, olhando deste modo para as potencialidades turísticas do local e outras actividades que beneficiam directamente a comunidade.

Deste modo, não há como olhar, disse Mazuze, para a vulnerabilidade dos trabalhadores de baixa renda “procurando perceber como e o que ganham, afinal, do seu modo, contribuem para o desenvolvimento da urbe”.

## Preservar narrativas em extinção

MUITOS residentes de Xai-Xai não conhecem a história da sua urbe, nem fazem ideia de quem foi Ntxuwayivi e da razão dele ser celebrado sempre que se pronuncia o nome da capital de Gaza e que recentemente ganhou, por parte do Município, um monumento em sua homenagem.

Neste sentido, com esta e outras publicações, o ARPAC procura evitar uma espécie de “extinção da narrativa local”, permitindo que os cidadãos tenham acesso ao seu passado.

“Ao nível da Educação são apresentados estudos sobre saberes locais, como sabemos, a tendência das pesquisas actuais tem sido esta de encontrar elementos dos espaços mais restritos e reduzidos para que sejam explorados como matéria a ser relacionada nos sistemas de ensino”, afirmou Mazuze, chutando que “estamos a falar de uma educação que se aproxima mais de uma realidade concreta do cidadão”.

As narrativas locais, na sua opinião, devem ser sempre as mais relevantes. “Não queremos



Monumento de Ntxuwayivi Ndlamini (Ntxayi Ntxayi)

negar que se estude sobre as grandes revoluções do mundo, como a Francesa, por exemplo, mas é preciso que o aluno seja capaz de interpretar aquilo que vive no seu quotidiano e conheça o meio concreto em que ele está inserido”, reflectiu.

“Se fores à Europa não vais

encontrar estudos, pelo menos para os alunos dos níveis primários e secundários, sobre Moçambique e África, no geral, mas eles apostam em saberes locais”, exemplificou.

Fez ainda uma ilustração sobre o vale do Limpopo, onde cada técnica de sobrevivência

das comunidades locais, como a pesca, envolve uma série de rituais tradicionais que não deviam ser extintos. “Há saberes que com o tempo vão se perdendo, mas que a sociedade levou muito tempo a construir. Se extinguem porque assimilamos novas culturas”, lamen-

tou.

Ainda sobre esta matéria, o delegado deu o exemplo do topónimo da Escola Primária Completa 8 de Março, no qual se constatou que a maioria dos alunos não sabe o que a data simboliza, uma das razões pelas quais o ARPAC está a desenvolver o projecto Toponímia da Província de Gaza.

“Não sabem que nesta data, em 1987, um grupo de moçambicanos teve de interromper a sua formação para ir aprender a dar aulas e fazer outras coisas específicas para desenvolver o país, que estava sem quadros, porque muitos o abandonaram depois da independência”, comentou.

O pesquisador também se referiu ao facto desta não ser apenas uma realidade isolada da cidade de Xai-Xai, nem da província de Gaza. “Ao nível da Educação, os currículos são concebidos ao nível central, em Maputo, e acabam ignorando uma série de saberes que as comunidades rurais podem ensinar”, aconselhou.



Abel Mazuze, delegado do ARPAC em Gaza

## “Conversas Constroem Cidade”

“CIDADE de Xai-Xai”, como não podia deixar de ser, também apresenta uma componente política através da qual o ARPAC procura deixar ficar algumas sugestões sobre a gestão autárquica através do modelo de governação participativa. Deste modo, os pesquisadores propuseram um programa chamado “Mabulo Mayaka Doropa”, algo como “Conversas Constroem Cidade”, numa tradução literal do Xichangana.

Os artigos, resumidamente, propõem medidas e formas concretas de governação a serem adoptadas pelos governos envolvendo as comunidades na gestão municipal, até porque, segundo Abel Mazuze, este modelo faz todo o sentido numa cidade pequena como Xai-Xai, em que quase todos

os vizinhos se conhecem. “Isto significa que podemos nos consultar sobre a forma como queremos guiar os destinos da nossa casa”, comentou.

Nos ensaios, faz-se um recuo no tempo e se visitam os modelos de governação de Xai-Xai no tempo, desde o autocrático, no colonialismo português, até 1974, em que as comunidades não eram consultadas e apenas serviam de objectos da governação, passando pelo pós-independência, de 1975 a 1990, um período de governação popular, dos famosos grupos dinamizadores e do partido único. “Havia disciplina, ética popular, mas faltava a componente liberdade do cidadão”, explicou.

A revista aos métodos de administração culmina nos

tempos actuais de democracia multipartidária, onde a partir de 1990, segundo Mazuze, se tornou possível uma comunicação constante entre os grupos sociais através de conselhos consultivos dos postos administrativos até os bairros.

“As decisões tomadas vão ao conselho consultivo de base e depois a uma assembleia constituída por residentes e nativos. De lá para cá vejo um crescimento”, afirmou, propondo, para o futuro, conforme apresentado no livro, uma descentralização que extrapola as barreiras dos partidos políticos, de modo a colocar as comunidades no centro de todas as atenções. “Abandonar os partidos para não transformar o local num epicentro de problemas”.



Conselho Municipal de Xai-Xai



Sede do ARPAC, localizada na cidade de Xai-Xai

Se tiveres uma doença crónica como HIV, Hipertensão ou Diabetes, continua a ir às consultas e tomar a medicação de forma regular